



# DIA INTERNACIONAL DA LUTA CONTRA A LGBTFOBIA

Apenas no dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de distúrbios mentais da Classificação Internacional de Doença (CID). A partir desse marco, a data tornou-se simbolicamente o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia.

Pouco mais de três décadas após esta mudança, o Brasil é a nação mais violenta para a população LGBTQIA+ em todo o mundo. Somente no ano passado, ao menos 300 pessoas perderam a vida pela violência LGBTfóbica no país, número que representa um aumento de 8% em relação a 2020. Em outras palavras, a cada 29 horas uma pessoa é vítima da LGBTfobia. Os dados são do relatório "Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – 2021", divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

Se a situação é grave em âmbito nacional, no Ceará, é ainda mais dramática. Somos hoje um dos cinco estados mais violentos contra a população travesti e transexual do Brasil, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

A violência está longe de ser apenas física. Ela se revela também no acesso às políticas públicas, às oportuni-

dades profissionais e aos espaços de educação. Segundo estudo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a evasão escolar atinge 82% da população trans. Também é escasso o acesso da população transexual e travesti no mercado de trabalho, situação parecida com a que vive toda a comunidade LGBTQIA+: de acordo com a CNN Brasil, 17,15% dessa população estava em situação de desemprego no ano passado. Quando se analisa só as pessoas trans, esse percentual sobe para 20,47%. Por isso, a luta por políticas públicas que garantam direitos e melhorem a vida dessa população é tão urgente!

## INDICAÇÃO DE FILME

- **Uma Mulher Fantástica** (2017), de Sebastián Lelio

## INDICAÇÃO DE MÚSICA

- **Formatei-me**, de Muriel Cruz (Mumutante), lançada em 2021

## INDICAÇÃO DE SÉRIE

- **Pose** (2018), da Netflix

## O QUE FAZER SE VOCÊ FOR VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA?

**Ligue 190** Polícia Militar: situações de emergência e flagrante devem ser comunicadas à polícia.

**Ligue 180** A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Tem por objetivo receber denúncias de violência, e de orientar as mulheres sobre seus direitos, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.

**Disque 100** O serviço pode ser considerado como "pronto socorro" dos direitos humanos pois atende também graves situações de violações ocorridas ou em curso, possibilitando o flagrante.

**Disque 155** A ouvidoria de Direitos Humanos tem como objetivo escutar, acolher, atender, analisar e encaminhar demandas de violações de direitos humanos.

**WhatsApp da comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará** Canal de comunicação direto com a população para o recebimento de denúncias de violações de direitos individuais e coletivos. O número (85) 99952.4700 está disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.



# “A EDUCAÇÃO É LIBERTADORA E TRANSFORMA”

Uma conversa com a professora e doutoranda em Educação Maya Eliz. Em pauta, sua trajetória de militância contra o preconceito e a violência LGBTfóbica

Nascida na periferia de Fortaleza, Maya Eliz Sousa, de 23 anos, teve uma infância “nômade”, como ela mesma brinca. Mudando-se constantemente entre a região dos bairros Mondubim, Aracapé e Presidente Vargas, “ficava onde era mais barato”, lembra. Na escola sofria agressões físicas e verbais pelas suas expressões e pelo seu comportamento, ainda sem entender que isso se dava por sua sexualidade e identidade de gênero. No Ensino Médio, a violência física cessou, mas as verbais e psicológicas continuaram.

No ensino superior, são poucos os estudantes transexuais. Maya faz parte dessa exceção. Com apenas 16 anos, ingressou na Universidade Federal do Ceará (UFC) para cursar Ciências Biológicas. A partir deste contato e da ocupação de outros espaços da universidade, como o movimento estudantil, foi percebendo que até então não estava sendo quem realmente era. Aos 17 anos, se entende como uma pessoa bissexual e, dois anos depois, inicia sua transição de gênero.

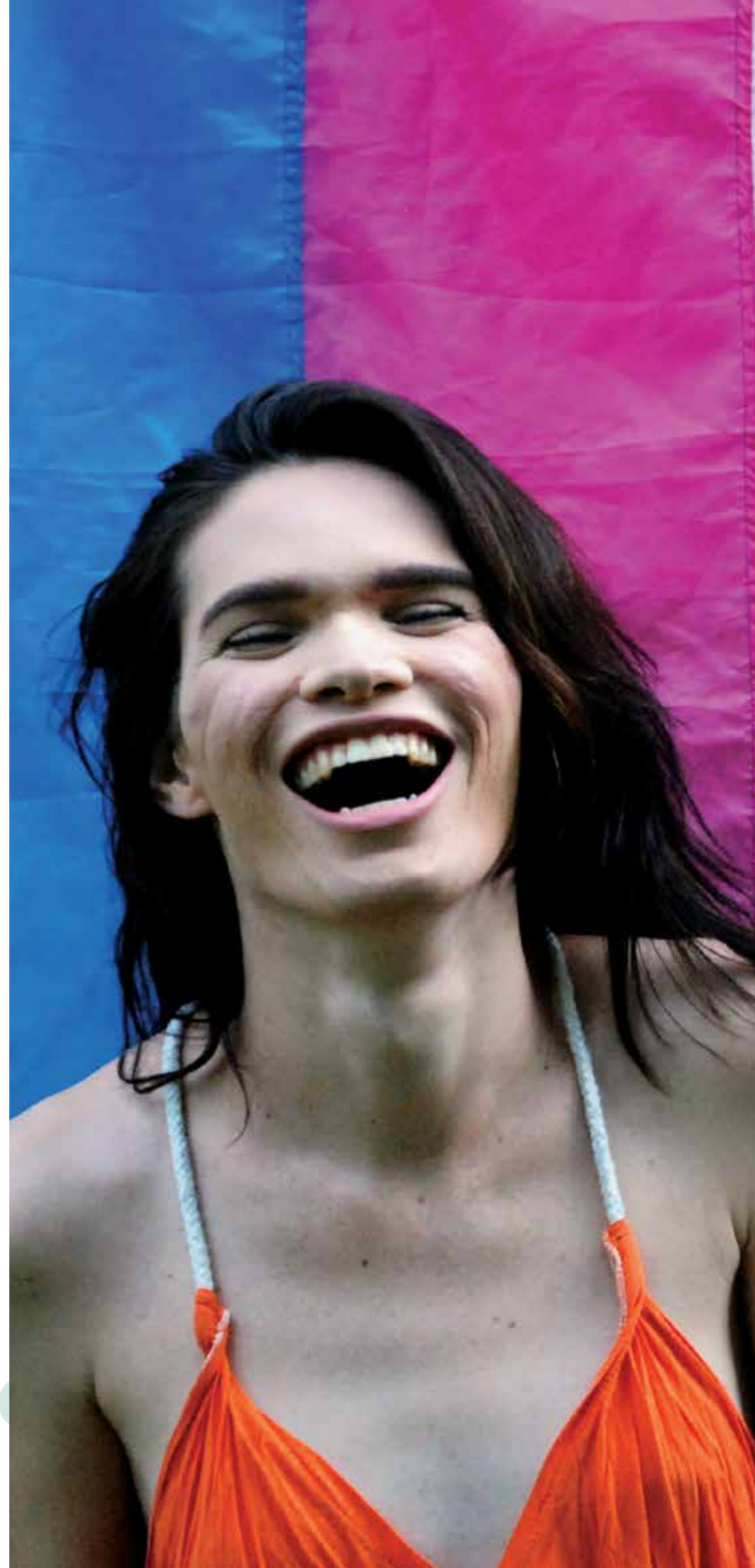
Os obstáculos que corpos LGBTQIA+ enfrentam até chegar às instituições de ensino, a motivou a seguir carreira acadêmica, pesquisando a relação de gênero e sexualidade nos espaços educacionais. Após concluir o mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), segue no doutorado na mesma instituição. Paralelo a isso, Maya é professora substituta do Município de Fortaleza. Sua trajetória como pesquisadora, educadora e militante conduziu nossa conversa, que você confere a seguir:

**É Tempo de Resistência: Da tua infância para cá, a sala de aula mudou? Se tornou um espaço menos violento?**

Maya Eliz: Ainda é um espaço muito violento, mas existe uma mudança fruto de uma maior facilidade do acesso à informação. Eu trabalho com adolescentes. Dou aula do 8º ao 9º ano, com faixa de 12 a 15 anos. Percebo que começam a discutir mais, trazer mais perguntas sobre a diversidade, ainda com muitas dúvidas, estereótipos sobre as pessoas trans e as pessoas LGBT de um modo geral. Ainda se reproduz muita violência. Tanto por parte dos estudantes, como dos setores de gestão. Embora tenha uma boa relação na escola onde estou, existem coisas do cotidiano em que a gente ainda percebe a LGBTfobia estrutural. Está diferente. Hoje se fala mais. Ainda não é o espaço adequado. Tem mudanças, mas ainda precisa evoluir bastante.

**Ter uma professora trans traz uma mudança no olhar dos alunos? Se Maya tivesse tido um professor ou professora trans, teria tido um impacto na sua vida? Um ambiente melhor?**

Eu acho que tem uma grande contribuição. A maioria dos alunos não sabia que eu era uma pessoa trans, até que houve um evento na escola. Os que não sabiam ficaram sabendo; os que tinham dúvida tiveram certeza; e os que já sabiam ficaram de boas. Tivemos uma conversa sobre essas questões. Antes disso, a postura e a forma com que são levados esses debates, que em algum momento apare-



cem em sala de aula, faziam com que os alunos que fizessem um comentário homofóbico, que xingassem um colega com comentário homofóbico, olhassem para mim e dissessem “desculpa tia”, isso já é reflexo, um impacto que esta figura trans travesti causa na escola. Se eu tivesse tido um professor ou uma professora trans, minha trajetória escolar teria sido bem diferente. Teriam sido mais fáceis alguns processos da minha vida.

**Por que escolheu a educação? O que, em sua trajetória, foi decisivo para sua decisão de se tornar professora e pesquisadora?**

Essa é uma pergunta chave. Por causa disso, elaborei minha pesquisa da tese. Por que pessoas trans resolvem se formar professoras e abraçam a educação? Eu percebo, para muitas de nós, mesmo com muita violência e mesmo sabendo que a maioria sequer termina o fundamental, quando a gente consegue se manter neste lugar, a educação cria a expectativa e é a porta de saída para não estar em outros lugares que são vistos para a gente, como o lugar da prostituição. A educação é libertadora, transforma, tem muito a ver com isso. Sempre agarrei a vivência escolar, as tarefas, o trabalho. É uma moeda de troca para manter uma relação com as pessoas.

**Como começa sua trajetória política?**

Aprendi valores militantes na Igreja. Passei a adolescência toda na igreja evangélica. Passei a ter valores de compromisso, participação coletiva nesses espaços. A militância política se inicia em 2016, quando participo do meu primeiro encontro estudantil, que foi o Encontro Nacional de Estudantes de Biologia. Aí, volto muito interessada para discutir as questões da universidade. Nesse sentido, começo a me aproximar de pessoas organizadas em movimentos, que construíam o movimento estudantil. Depois, conheço o RUA (Juventude anticapitalista), onde estou

desde 2017, organizada. Neste processo informativo, participo dos fóruns, CEBs, eleições de DCE, centro acadêmico e na entidade nacional de estudantes de Biologia. Foram os espaços centrais que me forjaram na militância. Em 2018, entendendo que precisava em algum momento sair deste espaço da universidade e que as questões que eu queria debater e construir em movimento iam além da Universidade, eu ingresso no PSOL e começo minha militância partidária.

**Como enxerga a participação num partido como o PSOL?**

Somos um partido novo, com menos de 20 anos; mas nesse pouco tempo de existência partidária, temos mostrado muito a que viemos e por que nos organizamos neste espaço, onde a representatividade e a identidade não têm fim em si mesmo. A gente entende que debater as questões das mulheres, da negritude, da juventude, das LGBT, das pessoas periféricas e da classe trabalhadora estão associadas entre si. Muitas somos mulheres, LGBT, jovens, periféricas, negras, que estão sofrendo toda exploração do capitalismo sobre nossos corpos e este fato aglutina resistência, formação política e construção. E também faz ecoar as vozes de quem esteve marginalizado, sempre explorado. A gente pauta política para esse corpo com esse corpo. A gente faz política para uns grupos sociais com estes grupos sociais. Não tem pessoas negras, LGBT, mulheres como cota, nós somos pessoas que temos essas identidades e estamos disputando espaços internos do próprio partido, aparecendo como figuras deste partido e representando a política que a gente quer e que não para na gente. Ainda somos um partido pequeno, mas acredito que temos condições de crescer e apresentar como é nossa política, o modo como fazemos política com as pessoas que não foram vistas, que foram invisibilizadas, que sofreram apagamento histórico ao longo de toda nossa história.

## O QUE É A SEMANA JANAÍNA DUTRA?

Em 2017, foi aprovada a Lei n.º 16.481, que instituiu a Semana Janaína Dutra de Promoção do respeito à Diversidade Sexual e de Gênero no Estado do Ceará. De autoria do deputado Renato Roseno (PSOL), a lei tem como objetivo divulgar a legislação de combate à LGBTfobia; promover o respeito à diversidade sexual e de gênero; debater a prevenção de violência contra a comunidade LGBT e estimular a comunicação em torno da importância do respeito aos Direitos Humanos e à População LGBT. Deve ser realizada sempre na semana do dia 17 de maio - Dia Internacional de Combate à LGBTfobia.

## VOCÊ SABIA?

**Lei do Nome social (Lei n.º 16.946/2019)**

**Autoria: Dep. Renato Roseno (PSOL)**

Com essa lei, sancionada em 2019, fica assegurado o direito ao nome social no serviço público e na iniciativa privada no Estado do Ceará. Isso significa que as pessoas transexuais e travestis têm o direito à identificação pelo nome social nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e no âmbito dos serviços privados de ensino, saúde, previdência social e de relação de consumo.

## ADVOGADA TRANS E MILITANTE LGBT

Janaína Dutra foi uma militante imprescindível para o movimento LGBT+ e a primeira travesti a portar uma carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Falecida em 2004 aos 43 anos, vítima de um câncer pulmonar, ela ultrapassou a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil, que é de apenas 35 anos, de acordo com pesquisa da União Nacional LGBT.

Nascida em Canindé, no Ceará, Janaína fazia parte de uma família com dez irmãos. Aos 17 anos, foi morar em Fortaleza. Foi na capital que Janaína começou sua transição. Ela sofreu alguns dilemas quando entrou para o curso de Direito na Universidade de Fortaleza (UNIFOR). No fim da década de 1980, Janaína já militava pelos direitos LGBT+, tornando-se referência na defesa de pessoas vivendo com HIV/Aids. Usava seu tra-

balho como forma de luta e foi assim até 1989, quando a ativista participou da criação do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), organização não governamental que foi um marco na militância organizada e uma das mais antigas no Brasil.

Janaína esteve na gestão da entidade de 1995 até 2001. Ela foi uma das fundadoras, ao lado de Thina Rodrigues, da Associação das Travestis e Transexuais do Ceará (ATRAC), e compôs a Diretoria da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), sendo presidenta em ambas. A ativista construiu pontes com o Ministério da Saúde, participou da construção do programa "Brasil Sem Homofobia", lançado em 2004; e colaborou na criação da Lei Municipal 8.211/98, que pune estabelecimentos que cometerem homofobia.



## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DIVERSIDADE

O mandato É Tempo de Resistência atua constantemente na luta pela garantia dos direitos e de políticas que beneficiem a população LGBTQIA+. Ao longo de dois mandatos na Assembleia Legislativa, o deputado Renato Roseno, que é também presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Casa, apresentou diferentes iniciativas, desde projetos de lei a inserção de emendas parlamentares nos Projetos de Lei Orçamentária Anual do Estado (PLOA).

Desde 2017, o Estado do Ceará conta, por exemplo, com a Lei 16.481 que inclui no calendário oficial a Semana Janaína Dutra de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual e de Gênero. O marco legal foi instituído na semana do dia 17 de maio, Dia Internacional de Combate à LGBTfobia. Também de autoria de Renato, a lei 16.946/19 garante a utilização do nome social para pessoas trans e travestis.

"O nome social é um direito humano que custou muito a ser reconhecido no Brasil. Aqui no Ceará, a partir dessa articulação com o movimento LGBTQIA+ e de pessoas trans, conseguimos aprovar a lei. É muito importante porque é uma garantia do direito à personalidade, à identidade e dignidade de pessoas trans", destaca Roseno. "Uma vida sem violência, com respeito e dignidade, é um direito humano de todas, todos e todes", reforça.

## QUEM SOMOS

Somos um mandato a serviço das lutas sociais, representado por Renato Roseno (PSOL), defensor dos direitos humanos. Na Assembleia Legislativa, erguemos a bandeira da justiça social, direitos dos trabalhadores, valorização da vida e preservação do meio ambiente. Pela vida das mulheres, LGBTs, quilombolas, indígenas, povo de terreiro, sem-teto e camponeses.

 [renatoroseno.com.br](http://renatoroseno.com.br)

  @renatoroseno

 /renatoroseno

 /renatoroseno50

 [contato@renatoroseno.com.br](mailto:contato@renatoroseno.com.br)



Fale com a gente pelo Zap da Esperança



Inscreva-se na nossa newsletter